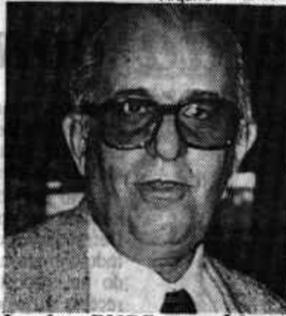




Aureliano: poder intacto



Jutahy: PMDB quer bônus

PMDB cobra de Sarney tratamento de vencedor

Brasília — O deputado Jutahy Magalhães, do PMDB baiano, queixa-se de que as cartas e telegramas que envia aos correligionários raramente chegam ou chegam abertas aos destinatários. O PMDB do Nordeste, que nas eleições de novembro do ano passado só perdeu em Sergipe, reclama do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, e do presidente da Chesf (Centrais Elétricas de São Francisco), José Carlos Aleluia, que ao optarem pelo racionamento de energia contrariam frontalmente a política do partido para a região. Esses são dois exemplos da crise PMDB-PFL-governo, vista através de olhos pemedebistas.

"Não adianta o PMDB ser contra o racionamento de energia no Nordeste, porque o presidente da Chesf é do PFL e é a favor. Agora, chega no interior da Bahia, onde vencemos por 1 milhão e meio de votos de frente, e explica isso aos seus eleitores", diz Jutahy. Ele expõe sua análise da crise de relacionamento com o PFL: "São dois os motivos. Primeiro é uma questão de espaço junto às bases, pois nós ganhamos e não levamos. Segundo é a própria filosofia do nosso presidencialismo: não se pode vencer uma eleição e os derrotados continuarem no poder".

Alumar
As queixas vêm até do Maranhão do presidente José Sarney. O deputado José Carlos Sabóia é direto: "O problema básico é que Sarney nunca foi ou será do PMDB. Ele é PFL até na alma. Assim, no Maranhão o que não está com o PFL, e pode até ser PMDB aqui ou ali, passa antes pelo crivo da família Sarney".

Ainda no Maranhão, o deputado Jutahy Magalhães aponta outro exemplo prático dos motivos da crise: "A Alumar, indústria de alumínio, consome 500 megawatts de energia, o que corresponde a duas turbinas de Tucuruí e toda a energia consumida pelo Ceará. Ora, o PMDB do Nordeste não aceita que uma única indústria seja o fator que leva ao racionamento em toda a região, impedindo a instalação de novas indústrias".

Reclamações semelhantes multiplicam-se em bocas pemedebistas pelo país todo. Em Santa Catarina, o deputado Paulo Macarini, vice-líder e um dos honrados nomes do PFL na Constituinte, senador Mário Covas, queixa-se de que um prefeito do PFL recebe, no setor

educacional, três vezes mais em verbas que um prefeito do PMDB, embora suas cidades tenham quase a mesma população. Um pemedebista de São Paulo, amigo do presidente Sarney, diz que falta "um canal de comunicação com o PMDB".

"De fato", concorda Jutahy Magalhães. "O chefe do gabinete Civil (Marco Maciel) é inconfiável do partido, e o outro que poderia fazer esse papel, o ministro da Justiça (Paulo Brossard), até agora não mostrou a que veio".

Mandato
Mas o PMDB luta mesmo, e principalmente no Nordeste, para ocupar os espaços que julga lhe pertencerem desde 15 de novembro passado. O governador da Bahia, Waldir Pires, por duas vezes já fez ver ao presidente Sarney que ele e os 28 constituintes sob seu comando não aceitam a permanência do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, no governo.

Não foi atendido, e o senador Rui Bacelar (PMDB-BA) opina: "Erramos na estratégia de pedir a saída de Antônio Carlos via PMDB nacional. Tínhamos é que, um dia após o resultado da eleição, ter ido ao Sarney com os três senadores e a bancada toda cobrar nossa vitória." Bacelar, a propósito, é autor de uma emenda que convoca eleições diretas de presidente da República para 120 dias após o final da Constituinte. Seu colega Jutahy, no entanto, acha que antes das diretas existem quatro oportunidades para o PMDB e o governo se acertarem.

A primeira delas daqui a 25 dias, quando a Subcomissão do Poder Executivo dará parecer sobre a duração do mandato presidencial. "Embora muitos, como eu, sejam favoráveis a um mandato de quatro anos, vamos trabalhar para cinco", promete o senador.

A segunda discussão acontecerá daqui a 50 dias, quando a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo der parecer sobre o parlamentarismo. Se até lá o presidente e os pemedebistas não tiverem chegado a um acordo sobre o mandato, a terceira chance virá com a reunião da Comissão de Sistematização, daqui a quatro meses. "Então, se esse entrosamento não acontecer, imagine o que acontecerá quando o tema for a plenário", ameaça Bacelar.

Na transição, PFL é aliado

Brasília — Se nas bases e na cúpula PMDB e PFL andam às turras, nas noites da capital do país, pemedebistas, pefelistas amigos do presidente José Sarney e representantes do PCB têm-se reunido para conversar. Eles formam o grupo *Transição* e o que os move é o receio da *bordaberryização* do governo Sarney. A referência ao processo que, na década de 70, acabou submetendo o presidente do Uruguai, Juan Maria Bordaberry, à tutela dos militares freqüente o preâmbulo dessas conversas que, se depender dos parlamentares, termina no máximo em fins de maio, com a elaboração de um programa mínimo de governo que asseguraria a transição democrática.

O grupo atuou em articulação semelhante no início de 1984, quando a preocupação era garantir a transição do regime militar para um governo civil a ser eleito via Colégio Eleitoral. Pelo PFL lá estavam o deputado Jaime Santana (MA), um amigo do presidente como o são também seus colegas de Câmara Saulo Queiroz (MT), Tomás Nonó (AL), Humberto Souto (MG), Paulino Cícero (MG) e Israel Pinheiro, hoje no PMDB mineiro.

Pelo PMDB, quem provocou a conversa há 30 dias, em meio aos boatos de golpe, foi o deputado baiano Virgildáio Sena, que há três anos tinha os mesmos interlocutores pefelistas. Agora, compareceram à sua residência, no primeiro encontro, Antônio Brito (RS), Miro Teixeira (RJ), Artur da Távola (RJ), Nelson Jobim (RS) e, com o conhecimento do presidente do partido, Ulysses Guimarães, agregaram-se ao grupo o baiano Marcelo Cordeiro e o ex-líder Pimenta da Veiga (PMG).

Programa
Desde 1984, os deputados pemedebistas Eydio Ferreira Lima (PE) e Oswaldo Lima Filho (PE) e os comunistas Fernando Santana (BA) e Roberto Freire (PE) freqüentam também as reuniões. Quando se duvida das intenções do grupo *Transição*, Virgildáio

Sena indaga: "Sobre o que mais seria possível conversar um grupo tão heterogêneo ideologicamente". Para evitar as polémicas, dois temas são proibidos nesses encontros: a duração do mandato do presidente e o sistema de governo.

"Não entramos em nada que possa dividir. Conversamos sobre onde, independente das diferenças, PFL, PMDB e os demais partidos podem costurar uma transição tranquila e segura", diz Jaime Santana. Virgildáio adianta alguns dos pontos do programa mínimo que se começa a discutir: crescimento auto-sustentado; tratamento político da dívida externa; crescimento da oferta de empregos. Discutem-se também outras medidas de menor alcance, mas com efeitos mais imediatos e significativos para a população: revisão do tratamento dos proventos dos 5 milhões de aposentados; restauração do salário mínimo aos níveis de 1959, num prazo máximo de dois anos; e presença do Banco do Brasil no mercado financeiro nas proporções que teve até início dos anos 70, quando tinha uma fatia de 35%.

Lembra Virgildáio que esses são apenas "exemplos do que vem sendo conversado". Ele admite que o ápice desse processo poderia se dar com um encontro nacional de parlamentares, governadores e representantes estaduais. O reencontro dos que pensavam na transição há três anos começou no Salão Verde do Congresso há um mês, numa conversa de Jaime Santana com Virgildáio Sena.

O assunto chegou ao presidente Sarney numa audiência com o deputado Antônio Brito. Aventou-se na época apresentar a sugestão do programa mínimo ao presidente, que a encamparia com respaldo dos partidos. Optou-se, porém, pela ampliação e aprofundamento das conversas. "Isso é como atirar uma pedra na superfície da água. A coisa vai se ampliando", diz Virgildáio.

Regime parlamentarista, seis anos para Sarney

Arquivo — 13/4/87



O relator conversa com o presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos

Brasília — O relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), é favorável ao parlamentarismo e a um mandato de seis anos para o presidente José Sarney. Se seu ponto de vista prevalecer na nova Constituição, ele acha que o país daqui a três anos terá os senadores José Richa (PMDB-PR) e Mário Covas (PMDB-SP) como candidatos a presidente e primeiro-ministro. Mas o homem que derrotou Pimenta da Veiga e Fernando Henrique Cardoso na disputa para relatar a nova Constituição assegura que não é seu intento influenciar a Assembleia para fazer prevalecer suas idéias.

"Numa comissão em que eu vou ser uma espécie de cirurgia plástica, minha função será a de corrigir os excessos. Desde que me candidatei à Constituinte, não tive dúvida de que o quadro a ser pintado por essa comissão teria que ser retocado com muito cuidado", diz o relator.

Por isso, em companhia de constitucionalistas como Nelson Jobim, Sérgio Ferraz, Herman Baeta e Miguel Reale Júnior, ele já começou a esboçar esse quadro — fez um levantamento de tudo que é possível mudar nas áreas dos poderes do estado, do direito tributário e da situação social e econômica do país.

De posse desses dados, ele informa: "Já temos um arcabouço de onde é possível tirar uma média atual do que reclama o povo brasileiro. Creio que teremos uma Carta que ultrapassará o ano 2000 com alguma longevidade". Cabral já sabe também como será essa Constituição: "Ela não pode ser muito pequena, para não ser escassa, mas também não excessivamente laudatória, para não se perder nos acessórios. Eu acho que ela deve ser densa, mas com uma linguagem clara, a fim de que o povo possa se dar conta dos seus direitos e dos seus deveres".

Cassinos
Como relator, Cabral será o responsável pelo texto final dos anteprojotos que lhe serão encaminhados pelas comissões temáticas. Ele diz que fará tudo para não impor suas posições. "Como fui presidente da OAB e como chego aos 55 anos sem jamais ter feito concessões, sem jamais ter me vinculado com quaisquer grupos, sejam eles políticos ou econômicos, não vou ceder à pressão nenhuma, nem mesmo à chamada coação afetiva. Quero ser imparcial, não vou impor meu ponto de vista a ninguém. Vou retirar uma média do que eu verificar e, se eventualmente, eu não estiver de acordo com essa média, vou respeitar, porque é a média da maioria. Eu vou lutar para que isso seja consagrado".

— O senhor diz que não tem vínculo

los com grupos de influência, mas é freqüentemente acusado de ligações como o lobby da legalização dos cassinos e, em consequência, com o ex-governador Gilberto Mestrinho.

— Todos no meu estado sabem que eu sou amigo do professor Gilberto Mestrinho, mas as minhas amizades não interferem nas minhas convicções políticas. Gilberto Mestrinho tem as suas idéias, eu tenho as minhas. Os cassinos que existem em Manaus, e eles existem, eu nunca os freqüentei. Não sei quais são os seus proprietários, jamais recebi qualquer gesto de simpatia dos seus encarregados ou gerentes. Eu sou visceralmente contrário a jogos, cassinos, e não sei jogar absolutamente nada. Não entendo sequer de pife-pafe, pôquer, buraco...

— O senhor desconhece também quem o irmão do ex-governador Gilberto Mestrinho tem um cassino em Manaus?

— Não. Soube que um cassino que havia em Manaus era do irmão do Gilberto Mestrinho, mas era um cassino que já estava instalado num governo anterior ao seu. Quer dizer, não foi o Mestrinho quem autorizou a instalação. E, se ele tinha quer fechar esse cassino, cada um com a sua atuação. Isto não é problema meu. O que há com o Mestrinho é que ele sempre foi um homem muito visado. Mas ninguém nunca provou algo contra ele. Ele foi cassado, teve os direitos políticos suspensos, o SNI vasculhou a vida dele, mas não se tem um processo contra ele.

Ressaltando que fala como constituinte e não como relator da Comissão de Sistematização, ele defende o parlamentarismo, até porque não acredita mais no presidencialismo: "O nosso presidencialismo foi filho dileto e direito da monarquia, daí os seus defeitos. O povo brasileiro não tem como, por exemplo, julgar o governo José Sarney, porque aqui não é permitida a reeleição, como acontece nos Estados Unidos. O governante aqui sai sem dar a mínima satisfação ao eleitor, o qual só é novamente convocado para eleger o sucessor. O cidadão elege o presidente e depois espera cinco, seis anos, para descobrir que está doído para se ver livre dele e eleger outro".

Outro defeito que Bernardo Cabral aponta no presidencialismo é o do critério de escolha dos ministros. "Nos Estados Unidos o presidente não nomeia um só secretário sem antes submeter o seu nome ao congresso. No Brasil, os ministros raramente são nomeados por imposições político-partidárias — escolhe-se o amigo pessoal do presidente, o que convive com o presidente, o que dispõe do afeto do presidente e acontece isso que está aí". Para o relator da Comissão de Sistematização, o maior mérito do parlamentarismo é derrubar os ministros que perdem a confiança do parlamento. Ele sonha com um Brasil parlamentarista em que o presidente seja eleito pelo povo e o primeiro-ministro escolhido pelo Congresso.

Como defende um regime de gabinete à brasileira, Bernardo Cabral sugere um modelo em que todos os ministros possam ser destituídos pelo parlamento, exceto os militares. "Estes seriam da confiança do presidente da República, porque não se pode alterar essa peculiaridade brasileira. Desde a Proclamação da República este país chama os militares para que eles ocupem a presidência. Se você não coloca essa ressalva na Constituição, amanhã haverá uma moção de desconfiança do parlamento com relação ao ministério e não vai faltar quem diga que a desconfiança é contra os militares. Essa é a forma de tornar mais fácil essa transição".

— Mas então essa transição não vai acabar nunca?

— Acontece que eu não sou culpado disso. Por mim, ela teria sido feita de forma mais rápida possível, mas, no último ano do governo Sarney, eu acho que ainda estaremos preparando uma transição para o parlamentarismo.

Essa transição, na opinião de Bernardo Cabral, só deverá ocorrer daqui a três anos, porque ele entende que Sarney deve governar seis. Classificando-se como um legalista, ele diz que, assim como a Constituição atual legitimou a convocação da Constituinte e os mandatos de todos que se elegeram no ano passado, tornou também irrevogável o mandato de seis anos para o presidente.

MIGUEL PEREIRA
RODOVIÁRIA
Duração 04 Dias-Saída 30 Abril
Av. 13 de Maio, 13 - s/1 2221
Tel.: 533-1571 - 533-2046
EMBRATUR 04176-00-42-1

EXCURSÕES FERROVIÁRIAS
PANTANAL MATOGROSSENSE
14 dias incluindo compras na Bolívia e Paraguai com os melhores hotéis.
ABR. 22, MAI. 08 e 20, JUN. 03 e 17
CIDADES HISTÓRICAS
4 dias - Hotel *** (Exclusividade das Trilhos).
Saídas: ABR. 30, MAI. 21, JUN. 18
CIDADE DA CRIANÇA
3 dias incluindo Playcenter, Simba Safari, Exotiquarium, Hotel ***. Saídas:
ABR. 24 e 30, MAI. 08, 15, 22 e 29, JUN. 05, 12, 19 e 26
J. Carneiro - Pioneiro em Turismo Ferroviário
TRILHOS AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA.
Rua da Assembleia, 10 - Loja s/s 110 (Edifício Cândido Mendes)
Tels.: 224-9038 e 224-8113 - EMBRATUR 04456.00.42.5

TEATR
Diariamente no Caderno B